

Restrição espacial e ampliação temporal: uma análise da produção histórica recente sobre o Integralismo no Rio Grande do Sul

Dario de Bittencourt (1901-1974): uma incursão pela cultura política autoritária gaúcha (Maria José Lanziotti Barreras). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

Velhos Integralistas: a memória de militantes do Sigma (Gilberto Grassi Calil e Carla Luciana Silva). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

O Integralismo no Pós Guerra: a formação do PRP (1945-1950) (Gilberto Grassi Calil). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (Carla Luciana Silva). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Depois de um primeiro surto de interesse nos anos 70, o estudo do Integralismo ficou relativamente esquecido nos anos posteriores, quando o tema parece ter perdido o seu encanto sobre os historiadores. Além disso, os debates continuaram centrados em temas como o caráter fascista ou não do Integralismo, sua base social, etc. Tópicos efetivamente de importância, mas que não esgotam a problemática do movimento.

Nos últimos anos, contudo, o interesse pelo tema parece estar se renovando e novos pesquisadores passaram a trabalhar com os camisas-verdes. Além disso, os antigos problemas estão se desdobrando e um dos focos mais promissores de pesquisa tem sido a mudança de prisma analítico, dos grandes conjuntos (“a ideologia integralista”, “a base social do Integralismo”) para uma escala menor, o que nos permite continuar avaliando o Integralismo como um todo, mas identificando as nuances, as diferenças e as especificidades dentro do movimento.

Nesse esforço, destacaríamos os trabalhos de Ricardo Benzaquem de Araújo, de Marcos Chor Maio, de Antônio Rago Filho e de Célia Cerqueira de Araújo, os quais têm por objetivo compreender as diferenças de pensamento de líderes como Salgado, Barroso, Olbiano de Melo e Reale¹ e, especialmente, os estudos regionais, que têm nos permitido uma visão muito mais completa do que significou o Integralismo dentro da história política brasileira.

Realmente, seria estranho imaginar que, num país de dimensões continentais como o Brasil, onde as tradições culturais, os problemas econômicos e as disputas políticas diferiam notavelmente de região para região, o Integralismo fosse um todo homogêneo, cem por cento equivalente, seja no Amazonas ou no Paraná. Estudos em nível estadual e também municipal são fundamentais, assim, ao permitir que dados fragmentários e especificidades locais forneçam a base para generalizações e análises integradas, e não contrário.

Nesse sentido, os trabalhos relativos ao Nordeste têm mostrado, por exemplo, a importância da Igreja e do pensamento católico para a difusão do movimento no Ceará, no Maranhão e em Pernambuco.² No sul, o relacionamento com as imensas coletividades de italianos e alemães (e, conseqüentemente, com fascistas e nazistas), os problemas típicos de regiões de imigração recente (como o interesse da segunda geração em participar politicamente e se afirmar como brasileira) e as disputas entre uma velha elite

¹ ARAÚJO, Célia Cerqueira de. *A Ideologia Integralista de Olbiano de Melo – Estudo sobre o pensamento político de Olbiano de Melo nas décadas de 1920 e 1930*. Dissertação de Mestrado em História, São Paulo: PUC/SP, 1991; CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30*. Dissertação de Mestrado em História, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992; ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. *Totalitarismo e Revolução: o Integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987; MAIO, Marcos Chor. *Nem Rothschild nem Trotsky. o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992; e RAGO FILHO, Antônio. *A crítica romântica à miséria brasileira. o Integralismo de Gustavo Barroso*. Dissertação de Mestrado em História, São Paulo: PUC/SP, 1989.

² Para Alagoas, consultar ALMEIDA, Luís Sávio. Notas para a História do Integralismo em Alagoas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, n. 41, 1989, p. 100-106. Sobre o Maranhão e Pernambuco, ver, respectivamente, CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e Política Regional*. São Paulo: Annablume, 1999; e SILVA, Giselda Brito. *A Ação Integralista Brasileira em Pernambuco, 1932-1938*. Dissertação de Mestrado em História, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1996. Para o caso, mais documentado, do Ceará, ver CORDEIRO JÚNIOR, Raimundo Barroso. *A Legião do Trabalho: política e imaginário no integralismo cearense*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1992; MONTE-NEGRO, João Alfredo de Souza. *O Integralismo no Ceará: variações ideológicas*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Estado, 1986; e PARENTE, Josênio. *Anauê: os camisas verdes no poder*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1986.

pouco disposta a ceder o poder e uma região colonial em ascensão econômica e querendo mais espaço dão um caráter especial ao Integralismo nesses estados e explicam o especial sucesso do movimento no Sul.³ Ainda restam muitas lacunas em nosso conhecimento (como a Amazônia, Minas Gerais e o crucial caso paulista, incluindo as cidades do interior), mas os avanços nessa área têm sido substanciais.

Ao mesmo tempo em que uma restrição em termos de espaço se revela fecunda, uma ampliação dos limites temporais começa a ser delineada, com resultados tão ou mais relevantes. Nesse sentido, o maior esforço tem sido dedicado à inclusão da atividade do *Partido de Representação Popular* nos anos 50 e 60 como parte da experiência integralista, o que só pode ser avaliado com bons olhos.

Realmente, uma característica de muitos trabalhos de história política que sempre nos espantou é a visão do processo histórico como segmentado. O Integralismo, por exemplo, é normalmente estudado dentro do período 1932-1938, com poucas referências seja aos movimentos e idéias que deram origem a ele ou, o que é ainda mais grave, sem acompanhar como tanto as idéias integralistas, como as pessoas influenciadas por elas (que não desapareceram no ar em 1938) influenciaram a política brasileira nos anos seguintes.

Vários pesquisadores recentes têm procurado caminhar nessa direção (estudando aspectos da história do PRP nos anos 50 e 60) e nossa biografia de Plínio Salgado (em fase de preparação e que fará questão de deixar claro que Plínio não nasceu em 1932 e não morreu em 1938) é outro esforço nesse sentido. Exercícios necessários e que mereceriam ser seguidos. Dentro desses parâmetros é que avaliamos positivamente quatro trabalhos recém publicados no Rio Grande do Sul.

³ Para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ver BERTONHA, João Fábio. Entre a bombacha e a camisa negra. Notas sobre a ação do fascismo italiano e do Integralismo no Rio Grande do Sul. *Estudos Ibero Americanos*, n. 24, 1998, p. 247-268; BRANDALISE, Carla. *O fascismo na periferia latino-americana: o paradoxo da implantação do Integralismo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Porto Alegre: UFRGS, 1992; Losso, Tiago. *Ideologia e Propaganda do Movimento Integralista em Santa Catarina*. Monografia de conclusão de curso de Ciências Sociais, Florianópolis: UFSC, 1997; e, especialmente, GERTZ, René. *O Integralismo em Santa Catarina*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, n. 5, 1984 e *O Fascismo no Sul do Brasil - Germanismo, nazismo e integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. Para o caso do Paraná, ver CHAVES, Niltonci Batista. "A Saia Verde está na ponta da escada!": representações discursivas do *Diário dos Campos* a respeito do Integralismo em Ponta Grossa. *Revista de História Regional*, 4, 1999, p. 57-80; e SZVARÇA, Décio Roberto & CIDADE, Maria Lúcia. 1955: o voto "verde" em Curitiba. *História: questões e debates*, 10, 1989, p. 181-211.

O primeiro deles é a biografia de um dos líderes da AIB no estado, Dario de Bittencourt, escrita por Maria José Lanziotti Barreras. Ela oferece uma colaboração interessante ao demonstrar certas particularidades da cultura autoritária gaúcha (como o castilhismo positivista) e ao indicar como a participação do biografado no Integralismo se insere numa história de vida marcada por essa cultura (originária tanto do positivismo como do catolicismo), que não se inicia na AIB e continua depois dela. A lamentar apenas o corpo documental reduzido (centralmente, o arquivo pessoal do biografado) e a bibliografia limitada, o que faz do livro um trabalho pouco pretensioso e com limites de contextualização. O fato de Dario de Bittencourt ser mulato e ter se dedicado à causa negra no Rio Grande nos anos 20, por exemplo, poderia ser um excelente gancho para compreendermos melhor a atração que o Integralismo exerceu sobre alguns grupos do movimento negro nos anos 30, como a “Frente Negra Brasileira”, o que ainda é pouco estudado.

Também indicando padrões de continuidade dentro do pensamento autoritário brasileiro, o trabalho de Carla Silva sobre o imaginário anticomunista brasileiro recorda como o anticomunismo, dentro da política brasileira nesse século, não se restringiu ao combate a uma real ameaça comunista, mas que serviu de justificativa para recomposições dentro das elites e combate aos movimentos populares. Também indica como o anticomunismo não foi característico apenas do Estado Novo e do Integralismo, mas como esteve presente, em diferentes gradações, nos mais diferentes momentos e atores da política nacional desse século.

Temos algumas dúvidas se o imaginário anticomunista não refletiu, em alguns momentos, um real pavor das elites frente a uma ameaça comunista subterrânea que parecia estar prestes a subir à superfície. Hoje, nós sabemos que as possibilidades de que o PCB tomasse o poder eram realmente baixas, mas é duvidoso que as elites dos anos 30, 40 ou 50, por exemplo, pudessem ter certeza disso, quando a experiência da Revolução de 1917 (quando meia dúzia de revolucionários bem posicionados havia conseguido agregar as massas e controlar o Estado) ainda estava fresca na memória e a expansão do comunismo no pós-Segunda Guerra parecia indicar que a extrema esquerda estava em expansão. Ou seja, talvez a histeria anticomunista, apesar de ter provavelmente pouca relação com a realidade, tenha sido mais real do que parece. Mas a autora está certa ao indicar como o anticomunismo, em muitos momentos, não foi realmente mais do que uma estratégia das elites para agregar forças e justificar políticas outras e que é um traço de continuidade na política brasileira desse século.

Na mesma linha de considerações se encaixa o trabalho de Gilberto Grassi Calil sobre a formação do PRP entre 1945 e 1950. Trabalho há muito necessário, aborda a reorganização do movimento integralista no Brasil depois da redemocratização de 1945. Ele destrincha as mudanças no pensamento de Salgado enquanto no exílio em Portugal e como essas mudanças forneceram a base para a necessária adaptação a que o Integralismo teve que se submeter para voltar a atuar no cenário político nacional. Em síntese, a aceitação do regime democrático (ainda que com uma visão de “democracia cristã” restritiva), inserção no sistema de partidos, abandono dos rituais e exterioridades integralistas, negação do passado fascista, etc. O autor apresenta também as continuidades com o período integralista (como o “espiritualismo”, o anticomunismo e o elitismo) e os esforços do partido, em seus anos iniciais, para ser aceito pelos demais. Os sucessos nessa reciclagem e nessa reincorporação dentro do sistema demonstrariam que nem PRP nem AIB eram tão alienígenas assim na cultura política brasileira e que a continuidade autoritária é um traço dessa cultura.

É possível criticar a base documental do trabalho (que se centra em documentação do Rio Grande do Sul para extrapolar para todo o Brasil) e levantar algumas questões que mereceriam ser desenvolvidas, mas o autor tem plena consciência desses problemas e eles não diminuem o valor do trabalho. Como sugestão para avanços posteriores, deixamos a idéia de que o PRP pode ser um laboratório mais interessante para conhecer as bases do pensamento de Plínio Salgado do que a Ação Integralista, onde seu pensamento era o dominante, mas onde ele tinha que dialogar continuamente com outras vozes de peso (como Reale, Barroso, Olbiano de Mello e outros) ausentes no PRP.

Também de Carla Silva e Gilberto Calil, a publicação de um livro com depoimentos de militantes da AIB e do PRP do Rio Grande do Sul se encaixa nesse esforço de recuperação das especificidades regionais e de ampliação do âmbito temporal de nossos estudos. Os depoentes demonstram uma certa homogeneidade (como a origem imigrante e de classe média, uma forte cultura autoritária expressa nas opiniões e comportamentos e uma grande sintonia com os acontecimentos atuais) e seus depoimentos permitem identificar tanto as particularidades dos dois movimentos no sul do Brasil como os meandros da transição de um para o outro.

Esses depoimentos foram especialmente úteis, no nosso caso, ao ajudarem a responder a várias questões que nossos trabalhos anteriores sobre o Integralismo haviam formulado. Ao professarem um nacionalismo exacerbado e, mesmo sendo filhos de imi-

grantes, apoiarem a nacionalização das colônias estrangeiras efetivada pelo Estado Novo, eles confirmam nossas teses do Integralismo (e talvez, até certo ponto, do PRP) como um instrumento útil para a manifestação política e a busca de aceitação como brasileiros por parte dos descendentes de imigrantes.⁴ Ao mesmo tempo, seu apreço pelos rituais integralistas e sua cultura autoritária demonstram a força da socialização ideológica do Integralismo e a importância desses rituais para o apelo externo e o controle interno do movimento, o que já havíamos esboçado anos atrás,⁵ mas sem a certeza que esses depoimentos ajudam a cristalizar.

Em síntese, trabalhos que merecem continuidade, de forma que possamos compreender melhor esse pensamento e essa prática política que tanto influenciaram a história brasileira no século XX, e não apenas nos anos 30.

João Fábio Bertonha*

⁴ Ver nossos artigos: Between Sigma and Fascio. An analysis of the relationship between Italian Fascism and Brazilian Integralism. *Luso Brazilian Review*, Madison, v. 37, n. 1, 2000, p. 93-105 e Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001, p. 85-105. Ver também nosso livro *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. As análises de René Gertz com relação à colônia alemã também se aproximam das nossas, nesse aspecto. Ver seus trabalhos citados.

⁵ Ver nossos artigos: A máquina simbólica do Integralismo: Propaganda e controle político no Brasil dos anos 30. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 7, 1992, p. 87-110 e Integralismo: um movimento fascista? Uma perspectiva simbólica. *Boletim do Centro de Memória da UNICAMP*, v. 9, n. 5, 1993, p. 25-32. Nessa mesma vertente, um trabalho recente é o de CAVALARI, Rosa Maria Feitero. *Integralismo. Ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.

* Doutor em História pela UNICAMP e Professor de História Contemporânea na Universidade Estadual de Maringá/PR.